



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0013950-76.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos**
 Requerente: **Aline Bueno Barbosa**
 Requerido: **Mrv Engenharia e Participações Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que ter adquirido imóvel da ré, realizando os pagamentos a que se comprometera no ato da contratação.

Alegou ainda que posteriormente foi informada que deveria efetuar mais quatro pagamentos a título de "taxa de evolução da obra", promovendo-os e informando à ré esse fato.

Salientou que depois disso teve o crédito recusado ao tentar fazer uma compra porque seu nome estava negativado, vindo a saber que essa inserção se referia a dois dos quatro pagamentos aludidos.

Como não havia razão para tanto diante do cumprimento de sua obrigação, almeja à declaração da inexistência do débito e ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que suportou.

A ré em contestação admitiu que autora, ainda que com atraso, realizou o pagamento dos valores trazidos à colação nos dias 14, 17, 18 e 25 de junho de 2013 (fl. 81).

Ademais, não refutou que foi cientificada disso e que o prazo para retirar a inscrição da autora seria de cinco dias, tudo consoante evidenciado a fls. 58/59.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

É certo, por fim, que em 23 de julho existiam ainda pendentes duas inserções da autora (fl. 60), o que somente deixou de existir em decorrência da prolação da decisão de fl. 75, como informado no ofício de fl. 78.

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Com efeito, restou demonstrado que a partir dos pagamentos efetivados pela autora, pouco importando que com atraso em relação aos prazos originais, a ré tinha a obrigação de retirar a negativação ocorrida, mas ela não o fez, tanto que foi necessária a intervenção judicial mais de um mês depois para que a questão se resolvesse.

Isso é o bastante para a configuração da conduta ilícita da ré que rende ensejo, por si só, a danos morais sofridos pela autora passíveis de ressarcimento, na esteira de reiteradas manifestações do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel. Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; REsp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

Todavia, o valor da indenização não haverá de ser o proclamado pela autora, que se afigura excessivo.

À míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pela autora em cinco mil reais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexistência da dívida tratada nos autos e para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fl. 75.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 06 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**